

PEC DOS PRECATÓRIOS

Bate-boca na promulgação

Sessão no Congresso é marcada por discussão entre Pacheco e Tebet por causa do fatiamento do texto. Lira reclama de críticas

» JORGE VASCONCELLOS

Após acordo entre a Câmara e o Senado, o Congresso promulgou, ontem, a Emenda Constitucional 113/2021, que permitirá ao governo pagar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família. O novo dispositivo resulta da aprovação da PEC dos Precatórios, da qual foram promulgados apenas os pontos que tiveram consenso nas duas Casas. Os outros trechos da proposta, por terem sido alterados no Senado, passarão por nova análise dos deputados.

O acordo prevê que as alterações dos senadores sejam apenas a uma outra PEC, que está pronta para ir ao plenário da Câmara e que também trata de precatórios — dívidas do setor público reconhecidas pela Justiça. A votação desse texto, com os apensamentos, está prevista para a próxima terça-feira.

Um dos pontos que foram promulgados é o que cria uma metodologia para o cálculo do teto de gastos da União, que é corrigido anualmente pela inflação. Em vez de considerar o intervalo entre julho do ano anterior e junho do ano corrente, a atualização do teto passará a usar a inflação acumulada entre janeiro e dezembro. A mudança já vale para o Orçamento de 2022 e, segundo estimativas do governo, pode gerar um espaço fiscal de R\$ 60 bilhões.

Outro ponto promulgado é o que permite o parcelamento, em até 240 meses, de dívidas dos municípios com a Previdência Social.

Já as novas regras para o pagamento de precatórios, que acrescentam R\$ 46 bilhões à folga fiscal, sofreram mudanças no Senado e, por essa razão, não foram promulgadas. Deverão ser apenas a mesma PEC que tem votação marcada para terça. Ao todo, o espaço fiscal planejado pelo governo é de R\$ 106 bilhões.

Entre outras alterações feitas pelos senadores na PEC, o Auxílio Brasil passou a ter caráter permanente, e não mais vigência apenas até dezembro de 2022. O Senado também aprovou a vinculação de todo o espaço fiscal ao pagamento do novo programa e das despesas da Seguridade Social — Saúde, Previdência Social e assistência social.

Além disso, os senadores excluíram do teto de gastos o pagamento dos precatórios referentes

Jefferson Rudy/Agência Senado



Tebet alertou Pacheco para o risco de, sem a vinculação promulgada, as verbas serem desviadas para outras finalidades



Lamento muito que Vossa Excelência não tenha honrado o compromisso (de não fatiar o texto)"

Simone Tebet (MDB-MS), senadora, para Pacheco

ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e as possíveis compensações financeiras entre entes federativos.

Fatiamento

A promulgação da PEC dos Precatórios, de forma fatiada, é uma vitória do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na queda de braço que travou com o Senado, onde a ideia provocou fortes resistências. A preocupação dos senadores é com a possibilidade de os deputados retomarem pontos da versão

original da matéria.

Durante a sessão do Congresso de ontem, houve críticas de senadores ao desmembramento da PEC. A senadora Simone Tebet (MDB-MS), por exemplo, acusou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de descumprir um acordo com líderes partidários, pelo qual, segundo ela, a vinculação do espaço fiscal ao pagamento do Auxílio Brasil e das despesas da Seguridade Social não seria excluída da promulgação da PEC, mesmo sendo uma inovação dos senadores.

A parlamentar alertou Pacheco para o risco de, sem a vinculação promulgada, os

recursos do espaço fiscal serem desviados para outras finalidades. “Eu lamento muito. Vossa Excelência não cumpriu o acordo que nós fizemos em público para garantir o voto. Essa PEC não passaria. E depois, na reunião de líderes, nós autorizamos Vossa Excelência a promulgar o que era coincidente, desde que jamais deixasse solta a vinculação à Seguridade Social. Se tivesse que deixar solto, nós não promulgaríamos nenhum artigo”, reprovou Tebet. “Vossa Excelência, lamentavelmente, criou um precedente, que eu não me lembro de nenhum presidente desta Casa ter feito, de desonrar um compromisso assumido com os líderes.”

Tebet disse, ainda, que “nós vamos promulgar, e o espaço fiscal de quase R\$ 60 bilhões, fruto da mudança temporal para dezembro, no cálculo (do teto de gastos), esse espaço fiscal fica solto. Ele vai ficar lá num artigo, dependendo de votação na

Câmara dos Deputados”.

Visivelmente irritado, Pacheco respondeu que não fez qualquer tipo de negociação com Tebet e que quase todos os líderes partidários do Senado concordaram com a promulgação apenas dos pontos da PEC que fossem consenso nas duas Casas.

“Primeiro, que eu não fiz acordo nenhum com Vossa Excelência de não promulgar parte comum. A senhora vai me desculpar, nós temos de ter honestidade intelectual, eu vou pedir as notas taquigráficas, as imagens, das palavras de Vossa Excelência da tribuna”, retrucou o presidente do Senado. “Eu não fiz nenhum acordo com Vossa Excelência nesse sentido. Eu não sei qual é a intenção de Vossa Excelência com essa polêmica toda. A minha intenção é resolver o Auxílio Brasil. Eu não descumprir acordo algum, absolutamente algum, eu não sou useiro e vezeiro nisso.”

Presente à sessão, Lira também se mostrou incomodado

Como ficou a PEC

Pontos promulgados

» Mudanças no cálculo do teto de gastos

» Possibilidade de os municípios parcelarem, em até 240 meses, dívidas com a Previdência Social

Pontos com votação adiada

» Auxílio Brasil passa a ter caráter permanente, e não mais vigência apenas até dezembro de 2022

» Todo o espaço fiscal obtido pela União será vinculado ao pagamento do Auxílio Brasil e das despesas da Seguridade Social — Saúde, Previdência Social e assistência social

» Pagamento dos precatórios referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e as possíveis compensações financeiras entre entes federativos ficam fora do teto de gastos

» Revisão do subteto para pagamento de precatórios será feita em 2026, não mais em 2036

com as críticas dos senadores. Disse, inclusive, que não leria o discurso que estava pronto para a cerimônia, “por achar que ele ficou desconectado com o momento que vivemos no plenário do Senado Federal”.

“Queria afirmar que todo o meu trabalho na Câmara dos Deputados sempre foi, desde que eu assumi a presidência, afastar, repulsar, prevenir o fazimento de versões. Pior coisa que existe no Congresso Nacional é quando nascem versões”, rebateu o deputado.

Lira ressaltou que ele e Pacheco deram total autonomia para as assessorias técnicas da Câmara e do Senado e as secretarias das Mesas das duas Casas definirem os pontos comuns que poderiam ser promulgados. Segundo ele, o compromisso da Câmara está “acima das versões criadas em cima de palanques para 22”, porque “o que importa é que essa PEC vai gerar segurança jurídica”.

PRISÃO EM 2ª INSTÂNCIA

Esquerda e Centrão adiam a votação da PEC

» ISRAEL MEDEIROS

Partidos de esquerda e do Centrão conseguiram postergar o avanço da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que regula a prisão a partir da condenação em segunda instância. Para ontem, estava prevista a votação, na Comissão Especial, do parecer do deputado federal Fábio Trad (PSD-MS), construído ao longo dos últimos dois anos. O relatório, no entanto, foi tirado de pauta após a troca de mais de uma dezena de integrantes do colegiado.

As mudanças foram feitas essencialmente por siglas do Centrão. Ao todo, 17 dos 34 membros da comissão — alguns deles defensores da prisão em segunda instância — foram substituídos por parlamentares contrários à PEC. Diante do risco de a proposta ser enterrada, Trad decidiu não colocar o parecer em votação. Ele argumentou que os avanços do relatório foram elaborados com a ajuda de vários dos parlamentares que foram removidos do colegiado.

“Eu quero dizer que, vindo um cenário que não mais existe, porque com quem eu trabalhei não estou vendo mais nenhum deles presentes em virtude dessa

mudança súbita e repentina de membros da comissão, eu retiro meu relatório e solicito a Vossa Excelência que adie para outra oportunidade, quando então reavaliaremos as condições políticas para que o meu relatório não vá, de forma abnegada e mansa, para o matadouro”, disse Trad na sessão.

O parlamentar citou nominalmente deputados que estiveram com ele nas negociações e conversas para melhorar o parecer e que foram substituídos “subitamente”. “O colegiado que amadureceu o texto sumiu”, pontuou. Disse, ainda, que aceitará a discussão da PEC com membros que efetivamente conhecem a proposta, e não parlamentares designados apenas para votar contra o relatório.

Ao **Correio**, Trad contou que só soube das modificações porque foi notificado por um consultor de que “estava em curso uma operação de sucessivas substituições” e que parlamentares foram substituídos “por outros que sequer estavam cientes do conteúdo da PEC”. “Parece que o Centrão se aliou à esquerda”, afirmou. Ele disse temer que a proposta seja votada apenas em fevereiro, após a volta do recesso

Wesley Amaral/Câmara dos Deputados



Trad retirou o parecer de pauta com o objetivo de evitar que o texto fosse “para o matadouro”

parlamentar, mas justificou a necessidade da sua atitude.

“Fiz o que fiz porque havia a possibilidade de sepultar a PEC hoje (ontem). Tomei a decisão para que a gente ainda tenha um resto de esperança votando-a em fevereiro, com deputados e

deputadas mais afeitos ao tema”, frisou.

Trad relatou ter esperanças de que os parlamentares, mesmo tendo posicionamento contrário, possam ser convencidos de que a proposta não é para prender, mas para aperfeiçoar

o trabalho do Judiciário.

As alterações na comissão foram feitas de forma atabalhoada, segundo deputados. Hildo Rocha (MDB-MA) foi um dos substituídos. A equipe do parlamentar disse à reportagem que ele estava em viagem de volta

para seu estado ontem e sequer sabia da modificação. O deputado não se pronunciou até o fechamento desta edição. Entre os partidos que fizeram substituições estão PT, PL, Republicanos, PP e PSC.

Pedido

O deputado Fausto Pinato (PP-SP) foi um dos que entraram na comissão, ontem, de última hora. Na sessão, justificou que fez o pedido à liderança do partido. “Participei do debate contra as 10 medidas anticorrupção”, comentou. “Quando eu soube que seria votada a PEC da prisão em segunda instância, disse: ‘Me coloca na comissão.’”

A PEC 199/21 estabelece que réus podem ser presos logo após serem condenados em segunda instância. O principal caso envolvendo esse tipo de detenção foi o do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), preso em abril de 2018 após ser condenado em segunda instância no caso do triplex em Guarujá (SP).

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou entendimento contra a prisão em segunda instância, o que resultou na soltura de Lula.